ATA DA REUNIÃO AMPLIADA DO CONSELHO ESTADUAL DO CEDHU/MS, REALIZADA NA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas e cinco minutos, no Plenarinho Deputado Nelito Câmara, sob a presidência do deputado Pedro Kemp, segundo-secretário deste Parlamento, deu-se a abertura da Reunião Ampliada do Conselho Estadual do CDHU/MS.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Cláudia Mendes) — Autoridades, parlamentares, representantes de instituições governamentais e não governamentais, representantes dos conselhos de direitos e de movimentos ligados à área dos Direitos Humanos, senhoras e senhores, boa tarde! Sejam bem-vindos! O deputado Pedro Kemp**,** segundo-secretário deste Parlamento, os recebe para esta reunião com o objetivo de fortalecer a participação social na construção, implementação e monitoramento das políticas públicas de promoção e defesa dos Direitos Humanos. Esta reunião está sendo transmitida, ao vivo, pelas plataformas digitais e pelo site da Alems. Informamos que para acessar o wi-fi é só localizar a Rede Alems e navegar com total segurança. Convidamos para compor a Mesa dos trabalhos: o deputado Pedro Kemp, segundo-secretário deste Parlamento; o senhor Eurídio Ben-Hur Ferreira, secretário executivo de Direitos Humanos, neste ato, representando o Governo do Estado; a doutora Thaisa Raquel Medeiros de Albuquerque Defante, presidente do Cedhu/MS; a doutora Neyla Mendes, vice-presidente do Cedhu/MS. Senhoras e senhores, neste momento ouviremos a execução do Hino do Estado de Mato Grosso do Sul, letra de Jorge Antônio Siufi e Otávio Gonçalves Gomes; melodia de Radamés Gnatalli. [Apresentação do Hino do Estado de Mato Grosso do Sul]. [Trecho inaudível]. Registramos a presença da senhora Jéssica Ortega, assessora parlamentar, neste ato, representando a deputada Gleice Jane; da senhora Maria Izabela Saldanha, presidente da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescentes da Organização dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso do Sul (OAB/MS); da senhora Silvia Larson e Érica Costa, representando a Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande (Semed); da senhora Patrícia Martins e a Cristiane Cindelli, representando a Associação Pestalozzi de Campo Grande; da senhora Rosângela Oliveira, coordenadora do Fórum Estadual de Assistência Social; do senhor Vicente Mota de Souza Lima, presidente da Comissão do Direitos Humanos da OAB/MS e vice-presidente do Instituto de Direitos Humanos José Nascimento; da senhora Geovana Zampieri Omena, assessora jurídica da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul); do senhor Luciano Barbosa de Campos, do Instituto dos Direitos Humanos José Nascimento; do senhor Rodolfo Carlos Ribeiro Dalton, da Sejusp/ Polícia Civil; do senhor José Henrique, da Sead; da senhora Celiza de Barros, do Cotolengo Sul-Mato-Grossense; da senhora Neuza Socorro da Silva, da Associação de Mulheres Voluntárias do Conselho Municipal de Saúde; da senhora Adriane Dandara, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq); do senhor Luiz Henrique Gusmão, chefe de gabinete, neste ato, representando o

prefeito de Três Lagoas, senhor Cassiano Maia; do senhor José Sarmento, secretário adjunto da Secretaria da Cidadania e Direitos Humanos; da senhora Rosane Nelli, coordenadora-geral do Projeto Coletivo de Mulheres Empreendedoras; da senhora Elaine Malves, da Associação de Mulheres Voluntárias Sul-Mato-Grossenses Apoio à Vida; da senhora Priscila Justi, superintendente dos Direitos Humanos do Município de Campo Grande, representando a secretária municipal de Assistência Social e Cidadania, senhora Camila Oliveira; do senhor Alfredo Anastácio Neto, coordenador de Modalidades Específicas da Secretaria de Estado de Educação (Sed), e da senhora Iris Gonçalves dos Santos Rabelo, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Teremos agora um momento de acolhida, com a apresentação da artista Giulia Cristina Schroder Bernardo, com a performance “Ancestral”. [Apresentação artística].

MESTRE DE CERIMÔNIA (Cláudia Mendes) — Para as boas-vindas e a condução dos trabalhos desta reunião, anunciamos o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Depois dessa apresentação cultural, não precisamos falar mais nada; estamos pensando em cancelar esta Mesa. Boa tarde a todas as pessoas presentes. Quero agradecer imensamente a vinda de vocês para esta Reunião Ampliada do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de Mato Grosso do Sul. Eu sou representante da Assembleia Legislativa no Conselho, e estou aqui como anfitrião para dar as boas-vindas e garantir que seja uma reunião de trabalho bastante produtiva. O Conselho Estadual esteve reunido e discutiu que tem duas tarefas importantes neste ano de 2025. A primeira é a revisão do Plano Estadual dos Direitos Humanos, de 2013, que já está um pouco defasado. A segunda é a realização da Conferência Nacional dos Direitos Humanos, que também acontece neste ano. Aqui no estado, precisamos realizar a nossa Conferência Estadual e, para isso, mobilizar os municípios, garantindo que ela seja bastante participativa. O objetivo é debater as principais violações dos direitos humanos em nosso estado e elaborar propostas que, posteriormente, serão encaminhadas à Conferência Nacional. A revisão do Plano Estadual dos Direitos Humanos poderia ser feita apenas no âmbito do conselho ou com a participação da Sead, por meio de uma comissão de técnicos e representantes. No entanto, essa revisão não teria a mesma força e representatividade do movimento participativo que estamos lançando hoje. Queremos uma discussão ampla e democrática, que reflita os anseios da sociedade do Mato Grosso do Sul. Por isso, decidimos convocar esta reunião para dar início a um processo participativo de revisão. Muitas pessoas já receberam uma cópia do plano de 2013, atualmente em vigor. A partir desse documento, avançaremos no seu aperfeiçoamento e em uma redação que melhor represente as demandas do estado. A conferência deve contar com a participação de toda a sociedade. Nossa proposta é dividir o estado em regiões e realizar conferências em polos estratégicos, reunindo municípios de cada região. Esse processo culminará na Conferência Estadual, em Campo Grande, garantindo que os mais diversos setores da sociedade estejam representados. Queremos que essa conferência seja democrática, participativa e rica em propostas. A dinâmica da nossa reunião seguirá a seguinte ordem: primeiro, ouviremos a presidente do Conselho

Estadual dos Direitos Humanos de Mato Grosso do Sul (Cedhu/MS), doutora Thaisa Raquel Medeiros de Albuquerque Defante. Em seguida, falarão a doutora Neyla Ferreira Mendes e o secretário executivo dos Direitos Humanos, Eurídio Ben-Hur Ferreira. Depois da fala do Ben-Hur, eu também farei uma intervenção, e, na sequência, abriremos espaço para a participação de todos que desejarem contribuir com esta reunião. A gente promete que as nossas falas não serão muito longas, para que todos que quiserem falar possam fazê-lo. Esta reunião está sendo transmitida ao vivo na sala multiuso, pois, neste momento, ocorre uma audiência pública no Plenário, por isso não estamos lá. As pessoas que estiverem no outro auditório (sala multiuso) poderão encaminhar sugestões e perguntas. Caso queiram fazer uma participação oral, poderão vir até aqui e contribuir conosco. Eu passo a palavra à presidente do conselho, doutora Thaísa, que falará sobre o processo participativo de revisão do Plano Estadual dos Direitos Humanos.

SENHORA THAÍSA RAQUEL MEDEIROS DE ALBUQUERQUE DEFANTE (presidente do Cedhu/MS) — Boa tarde a todos e todas. Eu vou começar fazendo minha autodescrição. Eu sou uma mulher branca, com cabelos médios até o ombro; estou com uma saia e uma blusa de cor bege, sem manga; calço uma sandália, e a minha pulseira é indígena. Estou sentada junto aos companheiros da Mesa e, na minha frente tem um auditório bastante diverso e cheio. Eu queria estar aqui abrindo este diálogo. É tão difícil a gente falar sobre direitos humanos, porque, geralmente, quando falamos em direitos humanos, poucas pessoas participam. Mas, hoje, temos um público bastante diverso, algo que nos deixa muito feliz, porque este é um momento de participação de todos, para tarefas importantes, que são as conferências — assunto de que a Neyla vai falar — e também a atualização do Plano Estadual de Direitos Humanos, construído em 2013, justamente na ocasião das conferências da época. No entanto, não há como fazer essa atualização ou revisão no "ar condicionado", sem dialogar; isso não faz sentido. O Plano Estadual de Direitos Humanos deve direcionar e ser observado quando tratamos de políticas públicas, e é importante dar publicidade a esse trabalho desde o início. Criamos um canal dentro do site da Sead, onde estão reunidas as informações do Conselho Estadual de Direitos Humanos. Ali, disponibilizaremos o plano vigente, de 2013, e aceitaremos sugestões tanto pelo site quanto por E-mail do Conselho Estadual. Com relação à estrutura atual, o plano está dividido em seis eixos. Precisamos avaliar se esse formato ainda é satisfatório ou se devemos acrescentar ou modificar algo. Os eixos abordam: interação democrática entre Estado e sociedade; desenvolvimento dos direitos humanos; universalização de direitos em um contexto de desigualdades; segurança pública; educação e cultura em direitos humanos; e direito à memória e à verdade. Não vou entrar em detalhes agora, mas reforço a importância de nos apropriarmos do conteúdo existente, refletindo sobre o que deve ser mantido e o que ainda não foi implementado. Quero destacar um ponto: desde 2013, o plano prevê que os municípios criem seus Conselhos de Direitos Humanos, mas, até hoje, essa discussão ainda se arrasta. Campo Grande, por exemplo, tinha a sua coordenadoria e tem sua superintendência; Dourados, sua coordenadoria. Mas, e os conselhos? Quando analisamos os municípios do interior do estado, percebemos que ainda há uma grande defasagem. Em diversos aspectos do plano, podemos avançar e exigir medidas mais

concretas, por exemplo: o documento menciona, "en passant", sobre o tráfico de pessoas e o núcleo de enfrentamento a esse problema. No entanto, considerando que nosso estado está localizado em uma região de fronteira, essa questão precisa ser aprofundada. Devemos perguntar: que políticas públicas são necessárias? Como garantir uma educação eficaz em direitos humanos? De que forma esse tema está sendo abordado — ou negligenciado — pelos municípios? Como podemos incorporá-lo como diretriz dentro do plano estadual? Acredito que podemos ir além. Há pontos que já estão colocados, mas que precisam de aprofundamento, e o tráfico de pessoas é um deles. A população em situação de rua já conta com uma política nacional, que deve ser aplicada tanto pelo estado quanto por todos os municípios de Mato Grosso do Sul. No plano atual, esse grupo é citado "en passant", como parte da população vulnerável; mas eu quero mais. Quero a implementação dessa política pública em todos os municípios. Quero o cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre essa questão, quero que os municípios façam a adesão a essa política pública, e quero incluir essa questão no plano, para que ele tenha a adesão de todo o Estado de Mato Grosso do Sul e possamos avançar, consolidando esse quadro como política pública. Campo Grande tem o seu Comitê de Imigrantes Internacionais; Dourados conta com o Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (Crai), que presta assistência aos imigrantes. No entanto, precisamos ir além e estabelecer essa diretriz no plano como uma meta de acolhimento, afinal, o mundo pertence a todos nós, e todos têm o direito de ir e vir, e temos que estar preparados para receber todas as pessoas que chegam. Além disso, precisamos desenvolver uma educação antirracista. O cumprimento da lei que trata da educação nas escolas, mencionada pelo Ben-Hur, está sendo satisfatório? Se não está, esta é a oportunidade de incluir essa questão no Plano Estadual de Direitos Humanos. Esse é um ponto em que podemos avançar. A violência contra pessoas LGBT é outra questão crucial. Não adianta apenas afirmar que queremos uma sociedade justa e democrática, porque isso já sabemos. O que podemos fazer, de fato, para avançar em termos de políticas públicas? Como incluir isso como diretriz para os municípios e para o estado, de forma a garantir um ambiente efetivamente igualitário, que respeite as diferenças? Embora Mato Grosso do Sul tenha alguma proteção legal para pessoas trans, travestis e LGBT, na prática, o que vemos é a continuidade da violência contra essas pessoas. Esse problema precisa ser abordado também no ambiente escolar, pois é a partir da educação que ganhamos força. Então, por que não incluir isso no plano como uma meta a ser cumprida pelo Estado de Mato Grosso do Sul? Quanto à letalidade policial, quais são os índices? O que podemos estabelecer como mecanismo de proteção para o policial, considerando seu próprio sofrimento, mas também visando à redução dos índices de violência de Mato Grosso do Sul? Como podemos tratar essa questão como política pública e incluí-la no plano estadual? Segundo a ONU, vivemos a década do envelhecimento, e, mais uma vez, percebemos que o plano de 2013 menciona as pessoas idosas apenas de forma superficial. No entanto, ele não aprofunda questões como o capacitismo e a maneira como podemos enfrentá-lo no dia a dia. O preconceito contra pessoas idosas é um indicador de violência. Então, quais políticas públicas podemos desenvolver? Um Centro-Dia? Como está a situação no interior do estado? A saúde está adequada? E a política pública voltada para a pessoa idosa? Esses são temas que podemos debater agora e inserir no plano

estadual. A introdução do plano atual enfatiza a ONU como referência no sistema de direitos, mas eu sinto falta de uma abordagem sobre outros sistemas jurídicos que tratam de direitos humanos, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Essa comissão traz diretrizes importantes que poderíamos incluir no plano, como, por exemplo, o monitoramento das decisões internacionais, especialmente aquelas em que o Brasil foi condenado e, muitas vezes, não cumpre. A própria Lei Maria da Penha, por exemplo, foi resultado de uma condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Como podemos monitorar essas decisões internacionais em Mato Grosso do Sul? Existe um órgão responsável por isso? Temos um direcionamento claro? Então, eu deixo essa reflexão para pensarmos juntos: como podemos incorporar essa questão no plano estadual? Por fim, quero deixar claro que o plano estadual vigente tem o mérito de ter sido elaborado em seu tempo e nos permite não começar do zero. Não precisamos reinventar a roda, mas podemos aperfeiçoar e aprimorar o que já está estabelecido. Uma coisa excelente, por exemplo, é a previsão, nas leis orçamentárias, sobre direitos humanos. Porque não adianta eu ficar falando aqui do direito disso, do direito daquilo, do direito daquilo outro, se não há orçamento para desenvolver aquela política pública que é importante e não foi considerada pelo gestor ou pela gestora. Essa é uma diretriz que consta no plano atual e que nos ajudará a definir as diretrizes de direitos humanos que devemos traçar. Eu não vou me estender, mas gostaria de fazer essas provocações, porque são temas que precisamos aprofundar. Eu deixei de falar, por exemplo, sobre as pessoas com deficiência. O que precisamos melhorar enquanto política pública de acesso à saúde? Como garantir acesso à Língua Brasileira de Sinais (Libras)? Como assegurar que todas as pessoas estejam livres de barreiras, inclusive linguísticas? E não só isso. Também precisamos discutir os povos tradicionais. Salvo melhor juízo, não temos um mecanismo de consulta prévia para as comunidades originárias, quilombolas e indígenas. Essa consulta é necessária. Será que houve consulta prévia aos povos tradicionais para a Rota Bioceânica? Será que podemos desenvolver um protocolo de consulta e apresentá-lo às comunidades, promovendo esse diálogo? Qual instituição pode realizar essa tarefa? E por que essa instituição vai ou não fazê-la? Vou dar um exemplo para ilustrar melhor. Eu tive a oportunidade de visitar uma comunidade quilombola, e uma das companheiras que lá estavam me disse o seguinte: “Estou cansada das pessoas da universidade que vêm aqui; fazem um monte de pesquisa, fazem um monte de perguntas e depois somem. Não voltam com o resultado e também não trazem a universidade para cá. Então, a gente não usufrui do que a gente dá.” Essa realidade se repete em muitas comunidades. Mas podemos, por exemplo, desenvolver um protocolo de escuta dessas comunidades, permitindo que elas mesmas definam como podem ser consultadas para uma pesquisa. A ideia da consulta aos povos tradicionais vem da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mas, até o momento, esse protocolo não foi desenvolvido nas comunidades do Mato Grosso do Sul. Acredito que isso deve constar no plano estadual. Podemos desenvolver essa diretriz e incluí-la como um elemento essencial, inclusive no que diz respeito ao meio ambiente. Não aprofundei aqui a questão do racismo ambiental nem das queimadas, mas são temas urgentes, que impactam diretamente nossa realidade em Mato Grosso do Sul. É isso, companheiros. Tivemos um problema técnico com o depósito dessas informações no site

da Sead. A técnica responsável teve um problema pessoal, e, por isso não consegui apresentar os dados na data de hoje. No entanto, o conselho tem um site específico, onde ficará disponível o plano atual, assim como as formas de contribuição para sua revisão. A metodologia será a seguinte: receberemos contribuições das entidades interessadas até o mês de agosto, período que coincide com a previsão da Conferência Estadual. Essas contribuições serão sistematizadas dentro dos eixos temáticos, e, a partir disso, desenvolveremos a atualização do plano. É isso. Muito obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Muito bem! A doutora Thaísa fez aqui uma provocação importante para que haja uma participação ativa da sociedade civil na revisão do Plano Estadual dos Direitos Humanos. A Sead vai disponibilizar, no site, o plano atual, e as pessoas poderão encaminhar sugestões para a revisão. Nós temos aqui representantes de entidades e movimentos; temos vereadores, secretários, secretárias e muitas pessoas dos municípios do interior que vieram de longe, como, por exemplo, Aral Moreira. Tenho aqui as fichas de Anastácio, Vicentina, Nioaque, Ponta Porã e Corumbá. Temos gente do estado inteiro. Seria interessante que vocês, desses municípios, se reunissem na sua entidade ou no órgão que representam, junto com pessoas interessadas em rever o plano atual, e apresentassem sugestões e encaminhassem as propostas pelo site, por E-mail ou por carta. O importante é que a sugestão chegue até nós. Posteriormente, vamos sistematizar tudo, e essa revisão será concluída no final do ano, após a conferência. Não deixem de participar, pois esse é um tema fundamental. Muitas pessoas na sociedade detestam quando se fala em direitos humanos, porque têm a visão equivocada transmitida por programas sensacionalistas de televisão, que passam a ideia de que os direitos humanos só defendem bandidos. Na realidade, a defesa dos direitos humanos é a defesa da vida e da dignidade de todas as pessoas, independentemente de cor, raça, religião ou orientação sexual. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em direitos e dignidade — esse é o primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Essa é a nossa luta. E tem luta mais bonita do que essa? Não tem! Então, vamos participar, vamos ajudar nessa revisão do plano, para que ele tenha a cara da sociedade de Mato Grosso do Sul. Agora vou passar a palavra à doutora Neyla Ferreira Mendes, vice-presidente do CEDHU/MS, que falará sobre a Conferência Nacional e Estadual dos Direitos Humanos. Se vocês tiverem perguntas e quiserem se inscrever para falar, é só levantar a mão.

SENHORA NEYLA FERREIRA MENDES (vice-presidente do CEDHU/MS) — Boa tarde aos representantes da sociedade civil, que represento nesta Mesa como vice-presidente do Conselho Estadual. A presidência é do Governo [sic]; a vice-presidência é não governamental, porque essa é a prática dos conselhos: uma vez a presidência cabe à entidade de governo, e outra vez, à entidade não governamental. Desta vez, a não governamental está na presidência [sic]. Eu represento o Conselho a Comissão Regional de Justiça e Paz de Mato Grosso do Sul e, por essa entidade, fui eleita. A XIII Conferência Nacional de Direitos Humanos foi precedida por uma comissão de trabalho, um Grupo de Trabalho (GT), e foi convocada por meio da Resolução nº 14, de 3 de julho de 2024. Esse

grupo de trabalho é formado por órgãos do Governo e por representantes de órgãos não governamentais, que são as pessoas que estão nessa Rede Nacional de Referência em Direitos Humanos, a qual represento; a Andreia também é nossa representante nessa rede. A Andreia é da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica, comissão Mato Grosso do Sul. Ela foi eleita para participar do Grupo de Trabalho da Conferência Nacional. Todas as regiões estão representadas. A região Centro-Oeste está representada por Mato Grosso, como titular, e por Mato Grosso do Sul — através da Andreia — que representa a sociedade civil. Portanto, através do grupo de referência do qual eu e a Andreia participamos, há comunicação direta com o GT nacional da XIII Conferência. Criou-se esse comitê do qual a Andreia faz parte e, em seguida, a ministra expediu uma portaria convocando essa Conferência Nacional, lembrando que a última ocorreu em 2016 e, a estadual, no final de 2015. Eu trago registros desde a primeira conferência, realizadas entre 1996 e 2003. Vou chegar à IV Conferência Estadual, pois não tenho dados da primeira, nem da segunda, nem da terceira. Tenho informações sobre a IV, a V e a VI, porque participei dessas conferências, e não costumo descartar esse tipo de material. As três conferências foram convocadas por decreto do governador do estado, com uma composição de 40% de representantes do governo e 60% da sociedade civil. Nos dias 21 e 22 de maio de 2004, essas conferências aconteceram em diversas regiões do estado, reunindo aproximadamente quinhentas pessoas em nove regiões. Há registros dos locais onde foram realizadas, das oito regiões envolvidas e dos quinze delegados que saíram daqui para a Conferência Nacional: nove representantes da sociedade civil e seis do governo. Lembrando que os delegados da sociedade civil são eleitos por ela, enquanto os delegados do Governo são indicados pelo próprio Governo. Na X Conferência — que já era a nossa quinta —, os eventos foram realizados com decreto do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Os temas estão registrados, a participação girou em torno de seiscentas pessoas, e realizamos essas conferências nas nove regiões mencionadas. Além disso, elegemos também nossos delegados. A última conferência foi em 2015, inclusive a Tânia participou, assim como o Anísio, que representou os indígenas, e participou em Corumbá, depois, aqui no estado, ele foi eleito para ir à Conferência Nacional também. Chegamos agora ao que nos interessa, que é a XIII Conferência Nacional dos Direitos Humanos, que vai acontecer de 10 a 12 de dezembro de 2025, em Brasília. De acordo com a última informação que eu recebi, ainda não existe um local definido, porque sempre depende da quantidade de participantes. Existe uma indicação de que serão mil delegados, e deve haver uma organização prévia. O tema é “Por um Sistema Nacional de Direitos Humanos”, que visa consolidar a democracia, resistir aos retrocessos e avançar nas garantias de direitos para todas as pessoas. Essas imagens são das reuniões que foram feitas e estão aí inseridas. O objetivo geral da XIII Conferência é promover um espaço de diálogo democrático e participativo, para a formação de diretrizes que subsidiem a construção e implementação do Sistema Nacional de Direitos Humanos. Nesse contexto, isso vem ao encontro da nossa pauta, além da conferência, que também envolve a revisão do plano estadual. Eles também têm a intenção de revisar o Sistema Nacional de Direitos Humanos, e a conferência busca consolidar um pacto nacional que reforce o compromisso do Brasil com as garantias dos direitos fundamentais. Em relação ao cronograma, temos várias etapas municipais, que vão

de abril a maio de 2025. Então, para que o município seja representado na Conferência Estadual e possa trazer as demandas para ela — depois, possivelmente, se eleito, ir para a Conferência Nacional —, ele primeiro tem que fazer uma conferência na região ou no próprio município. Vamos precisar decidir como será isso, já que ainda não está definido. Portanto, de abril a maio de 2025 teremos essas conferências, etapas municipais ou regionais, e as conferências do estado ocorrerão entre junho e agosto. Temos um pré-calendário definido pelo conselho, que planeja realizar essa conferência na última semana de agosto, porque, para nós, quanto mais tempo, melhor. Por isso, decidimos que faríamos a abertura à noite, e nos outros dois dias seriam destinados ao debate. Acho que seria de 27, à noite, 28 e 29, porque a abertura tem que ser à noite para possibilitar a presença de mais gente, mesmo aquelas pessoas que não estarão nos debates posteriormente. A ideia é abrir à noite, para não perder tempo no dia dos debates, já que a formalidade da abertura é o que mais demora. O primeiro eixo é o enfrentamento das violações e retrocessos, e aí vêm vários subeixos que, acredito, não preciso detalhar aqui, pois não vamos debater isso agora. O segundo eixo é democracia e participação popular; depois igualdade e justiça social; sustentabilidade e desenvolvimento, que é o tema mais em voga hoje em dia, tanto é que está tendo uma audiência pública sobre pesca; agenda internacional e direitos humanos. O eixo seis é sobre fortalecimento institucional na promoção e proteção de direitos humanos. E aí, a gente chega à conferência que vamos realizar aqui. Quero dizer que a organização de uma Conferência Estadual de Direitos Humanos é um processo que envolve múltiplas etapas, iniciando pelas conferências municipais ou regionais e culminando na participação na Conferência Nacional. Esse processo assegura a participação democrática e a construção coletiva de políticas públicas voltadas aos direitos humanos. Então, a nossa intenção é começar lá no município, chegar aqui em Campo Grande e, depois, levar as demandas de Mato Grosso do Sul para o Governo Federal. É assim que deve ser feito. A organização segue esse fluxo. O chamamento oficial da VII Conferência Estadual de Direitos Humanos depende, primeiro, da definição da data e do local. A data já está pré-definida para a última semana de agosto, mas, para definir o local, é preciso decidir o número de conferências regionais ou municipais e, depois, determinar o número de delegados. Afinal, não há como definir o local de uma Conferência Estadual sem saber quantos delegados virão de cada região e de cada município. Após essa definição, teremos que elaborar um regulamento que regerá todas as conferências regionais ou municipais até a abertura da Conferência Estadual, quando será aprovado o regimento da conferência pelos delegados eleitos, indicados pelas regionais. A VII Conferência Estadual, além das diretrizes e eixos nacionais, será a nossa oportunidade de revisar e atualizar o Plano Estadual de Direitos Humanos, conforme disseram o deputado Pedro Kemp e a presidente Thaísa. As propostas aprovadas nas conferências regionais e na etapa estadual poderão ser transformadas em diretrizes no Plano Estadual. Para isso, é necessário construirmos juntos.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Estou concedendo uma prorrogação no horário; são dez minutos para cada um falar. Mas, como não avisei antes, eu dei mais cinco minutos. Então, acho que as pessoas que estão aqui já podem começar

a pensar: no seu município, será possível organizar uma Conferência Municipal de Direitos Humanos? Nós ainda não definimos exatamente como será todo esse processo. Estávamos considerando a realização de conferências regionais, por exemplo; fazer uma em Dourados para atender os municípios da região. Mas, se Vicentina, que fica perto de Dourados, quiser realizar sua própria conferência, seria ótimo! Portanto, é algo que vocês já podem ir pensando. Teremos uma participação mais ampla da sociedade civil ao longo desse processo até chegarmos a agosto, quando os delegados de todo o estado participarão da Conferência Estadual. E, a partir dela, serão escolhidos os delegados para a Conferência Nacional. Agora, vamos ouvir o secretário executivo de Direitos Humanos, Eurídio Ben-Hur Ferreira, que falará sobre a participação da sociedade civil na construção de políticas públicas.

SENHOR EURÍDIO BEN-HUR FERREIRA (secretário executivo de Direitos Humanos) — Eu quero saudar rapidamente a Mesa e expressar minha alegria em estar aqui com vocês. Quero fazer uma saudação especial ao Zé Francisco, secretário adjunto da Cidadania e intelectual da área de direitos humanos, lembrando que, no Governo do Estado, há uma Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e uma Secretaria da Cidadania, que engloba as subsecretarias. Às vezes, as pessoas fazem confusão, mas esse é o modelo construído até aqui. Quero saudar os trabalhadores da Assembleia, que me receberam muito bem. Já estive nesta Casa na condição de deputado e digo que sempre é bom reencontrar amigos e amigas. Quero saudar o pessoal da Sead, o pessoal da Coordenadoria de Apoio aos Órgãos Colegiados (Caorc), na pessoa da Cris, e a Andreia, que nos representa muito bem. Minha fala terá uma parte teórica. Vou tentar abordar os direitos humanos e discutir como podemos expandi-los para além do campo da esquerda e do progressismo. Também falarei sobre a conjuntura dos direitos humanos, destacando o que é relevante, o que preocupa e os possíveis encaminhamentos. Primeiramente, uma questão preocupante: o Brasil é um país muito violento. Foi o último país cristão do mundo a abolir a escravidão e, ao longo do tempo, a sociedade praticou muitos massacres. Mas agora a conjuntura é diferente, porque as pessoas estão documentando esses fatos. Temos, por exemplo, o caso do rapaz que estava de bicicleta às seis horas da manhã e foi morto por causa de um celular. E o caso de uma jovem jornalista aqui em Mato Grosso do Sul, que foi esfaqueada e morta. Quem assistiu ao Fantástico no domingo só viu cenas de violência. E aonde eu ia, me questionavam: "E os Direitos Humanos?" Essa documentação da violência nos impõe um grande desafio político. Como diz o deputado Pedro Kemp, como podemos tirar dessa expressão — que é tão bonita — a carga negativa que lhe foi atribuída? Não adianta negar essa percepção. Talvez ela exista por incompetência dos adversários dos direitos humanos ou por falhas nossas na comunicação. O fato é que colaram nos direitos humanos a pecha de que não nos preocupamos com as vítimas, não nos preocupamos com a violência, e que sempre atribuímos a violência apenas a questões sociais, deixando o futuro incerto. Portanto, enfrentar essa questão é um desafio político e comunicacional. E, para agravar ainda mais esse quadro, temos, na democracia do Ocidente — que criou a primeira constituição escrita, a separação dos Poderes e a primeira declaração dos direitos individuais — um comandante-em-chefe do país que pratica, ao

vivo, xenofobia, humilhação e deportação de estrangeiros e imigrantes. Para vocês terem ideia: há, em Guantânamo, prisioneiros que são mantidos sem sequer uma formação de culpa e imigrantes ilegais estão sendo transferidos como se fossem criminosos. Por um lado, vemos o crescimento de grupos extremistas, principalmente na Europa, como os neonazistas. Na Alemanha, um partido de extrema direita — que tem no ódio aos imigrantes sua principal bandeira — pode se tornar a segunda maior força política do país. E estamos falando da Alemanha, que no século passado vivenciou a experiência do nazismo. Esse é um lado da moeda. Mas, do outro, temos algo muito relevante na conjuntura: em Mato Grosso do Sul, o governador Eduardo Riedel assumiu o compromisso de erradicar a pobreza extrema até 2026. Confesso que, em todo o meu tempo acompanhando a política do estado, nunca vi uma medida tão significativa para os direitos humanos quanto essa. Acabar com a extrema pobreza dialoga diretamente com essa pauta, porque a pobreza ainda permite algum espaço para a cidadania, mas a miséria é incompatível com a democracia. Não há democracia na miséria. Portanto, quando o governador estabelece como meta erradicar a extrema pobreza, ele necessariamente terá que dialogar com os povos originários, com a população em situação de rua e com os gestores municipais de direitos humanos para dar conta dessa agenda. Na minha visão, esse compromisso do governo é alvissareiro. Outro ponto positivo foi a rapidez com que avançamos nesse debate, deputado Pedro Kemp. Sei que o senhor discute essa temática há muito tempo. Faço questão de destacar seu nome porque o senhor não é negro, é um homem branco de olhos claros, e, ao longo de muitos anos, fez do seu mandato um instrumento de combate ao racismo. Ou seja, conseguimos evoluir da ideia ultrapassada de "democracia racial" para o entendimento de que o Brasil tem um racismo estrutural. Além disso, o acordo realizado em Antônio João — e aqui quero saudar o representante da Famasul — envolveu produtores rurais, o Governo do Estado, o Governo Federal e os povos originários. Não sei se será possível replicá-lo em outras regiões, mas o fato de termos conseguido um avanço naquela área já pode indicar nossa capacidade de avançar em outras situações de conflito. Outro ponto importante na conjuntura, apesar do aumento da violência contra a mulher, é o amadurecimento da sociedade em reconhecer que o machismo também é estrutural. Hoje, há uma maior intencionalidade em abordar a questão de raça e gênero, e isso é essencial para o avanço dos direitos humanos. Acho muito importante essa nova vertente das políticas públicas, como a Conferência Estadual de Migrantes, Refugiados e Apátridas. No entanto, ela ainda é pouco prestigiada pelo entorno e até pela classe política. Mato Grosso do Sul começa a estruturar políticas públicas para os imigrantes, com o Centro de Atendimento ao Imigrante, enfrentando diversos desafios. E, como noticiado hoje nos jornais, há um convênio entre Brasil, por Mato Grosso do Sul e Paraguai, para atrair mão de obra paraguaia e investir em qualificação. Dessa forma, podemos observar, por um lado, uma conjuntura adversa, na qual os direitos humanos são responsabilizados por questões que não lhes cabem. Por outro, vemos vitórias importantes. Quais são, a meu ver, os desafios dos direitos humanos para quem mobiliza a sociedade? Direitos humanos não podem estar associados apenas ao campo da esquerda ou do progressismo, até porque, em sua origem, há uma forte contribuição do pensamento liberal. Na Declaração dos Direitos Humanos, no século XVIII, essa influência é evidente, garantindo direitos como

à propriedade, à liberdade de ir e vir, à liberdade religiosa e à liberdade de reunião. Ao mesmo tempo, o campo progressista e a tradição social cristã, como demonstrado na Encíclica Rerum Novarum, tiveram um papel fundamental na construção dos direitos sociais, cobrando do capitalismo uma responsabilidade social. Diante disso, precisamos ampliar o diálogo e envolver setores diversos, como a Famasul, a OAB e outras entidades. Não podemos restringir esse debate ao nosso campo ideológico. Ficamos felizes por termos um deputado como Pedro Kemp, que prioriza os direitos humanos em seu mandato, mas é fundamental reforçar que nosso desafio, enquanto sociedade civil, é buscar novos interlocutores e mostrar que os direitos humanos fazem parte de um conjunto mais amplo de ações. Várias entidades já atuam nessa área, como a Pestalozzi, o Cotolengo e o Grupo Tez. Porém, elas precisam comunicar isso de forma mais clara à sociedade, pois sabemos que o termo "direitos humanos" ainda é carregado de preconceitos. Obviamente, essa questão está também relacionada ao sistema prisional e ao respeito à Constituição, ao Código de Processo Penal e à Lei de Execução Penal. Acreditamos que quem comete erros deve pagar por eles, mas também defendemos que as pessoas podem se recuperar, podem trabalhar e que o Brasil prende muito e prende mal. Prova disso é que 25% dos presos no país são provisórios. Portanto, não somos contra a punição; ao contrário, nossa preocupação principal é garantir que a ação do Estado esteja sempre dentro da legalidade. O Estado deve agir conforme a lei, exatamente para se diferenciar do crime. Não faria sentido flexibilizar suas ações, pois isso comprometeria sua própria razão de ser. Assim, um dos nossos desafios é ampliar o alcance dos direitos humanos e mobilizar a sociedade além do campo progressista. Vejam esta Mesa, por exemplo: temos duas defensoras públicas e um deputado que, ao longo da vida, se dedicou à defesa dos vulneráveis. Minha própria trajetória é marcada pela luta contra o racismo. Mas pode ser que há outras mesas e setores que se identificam com outras correntes ideológicas. Esse é o nosso desafio, afinal, fazer política não significa falar apenas para os já convencidos. Se nos limitarmos ao nosso próprio círculo, estaremos falando apenas para o nosso umbigo. Precisamos ampliar, atrair mais pessoas e demonstrar que os direitos humanos envolvem questões do dia a dia, como as mudanças climáticas, muito bem pontuadas aqui pela doutora. Além dessa ampliação de agenda, acredito que devemos priorizar o diálogo com o setor da Segurança Pública, que está representado aqui pela Polícia Civil. Quando eu presidi a Comissão de Direitos Humanos, ainda no século passado, procurei o sindicato da Polícia Civil para propor a seguinte campanha: "Defender o Policial é Defender os Direitos Humanos". Vejam, não vamos rebaixar nosso discurso. Jamais aceitaremos a tortura ou qualquer ação do Estado sem regras. Mas precisamos convencer esses trabalhadores e trabalhadoras de que os direitos humanos também são fundamentais para eles. Devemos demonstrar preocupação com suas condições de trabalho, com a carga horária, o apoio psicológico, o armamento adequado, o respeito e a valorização da autoestima dos policiais. Eu jamais seria policial, porque me falta coragem para usar uma arma. E justamente por isso acredito que aqueles que fazem esse trabalho em nome do povo devem ser valorizados. Temos que conquistar esse setor. Não será fácil, mas acredito que temos o discurso certo, boa vontade e, cada vez mais, percebemos delegados, coronéis, oficiais e praças comprometidos com os direitos humanos. Eu tive a honra e a satisfação de organizar, junto a voluntários, um curso para a

Polícia Civil sobre o combate ao racismo, e foi uma experiência muito exitosa, muito pontual. Mas as academias da Polícia Civil e da Polícia Militar precisam dar abertura para que possamos pautar esses temas. Outra questão fundamental dos direitos humanos é a comunicação. Como lidar com essa nova praça pública chamada rede social? Que linguagem devemos adotar diante desse cenário? Não sou especialista, mas acredito que precisamos abandonar a comunicação tradicional, buscar profissionais da área e enfrentar essa questão dos direitos humanos também no campo simbólico que ela representa. Precisamos mudar e ampliar nossa comunicação. Também acredito que os direitos humanos podem se constituir como uma nova utopia, capaz de unir os diversos movimentos. Não é incomum que alguns movimentos se fechem em si mesmos. Tampouco é raro que a ideia de "lugar de fala" seja usada de forma equivocada, impedindo o diálogo com outras pessoas. Por exemplo, afirmar que "só fala de racismo quem é negro" é um erro crasso. Todos devem falar sobre racismo, inclusive os brancos, que têm muito a contribuir. É evidente que uma pessoa negra, por viver essa realidade na pele, tem uma autoridade única sobre o tema. No entanto, o ser humano, através da moralidade, é capaz de se colocar no lugar do outro. Enganam-se aqueles que acreditam que uma pessoa jamais poderá compreender a dor do outro. Ela pode não sentir da mesma maneira, mas é capaz de se comover e se mobilizar. Ando bastante preocupado com algumas lutas identitárias – que são legítimas e importantes – mas que, em alguns momentos, acabam se fechando em si mesmas e não permitindo outras contribuições. Acredito que os direitos humanos podem fortalecer as mulheres, os LGBTs, os povos originários, as pessoas com deficiência, os idosos, os negros e todas as minorias. Todos temos direito à diferença, mas essa luta precisa ser construída de forma coletiva, pois é universal. Não há incompatibilidade entre o individual e o universal. A meu ver, é um equívoco político enfatizar apenas a diferença. Insisto: minha luta histórica como homem negro sempre foi chamar a atenção para o racismo, mas estou convencido de que essa causa não pode me impedir de estabelecer conexões com outras lutas, formando uma grande comunhão. Assim como Martin Luther King sonhava com um mundo onde as pessoas não fossem julgadas pela cor da pele, também devemos trabalhar para construir uma sociedade mais justa para todos. Para encerrar – e tentar cumprir o tempo –, acredito que temos esse grande desafio. Algo que a Thaísa e a Neyla mencionaram aqui me parece fundamental: precisamos vincular nossa atuação à conjuntura atual. Por exemplo, um tema importante para Mato Grosso do Sul é a Rota Bioceânica. Nossa conferência deve debater os assuntos que fazem parte do cotidiano da comunidade. Obviamente, sem cair em contradição com o que já mencionei, cabe a nós, dos direitos humanos, assumir um papel sem arrogância, mas com um certo compromisso iluminista. Precisamos refletir sobre a realidade, acompanhar os debates da sociedade e tensionar questões essenciais, como a questão de gênero. Não basta combater a violência contra a mulher apenas com polícia e processo penal. Se não mudarmos a educação, se não trouxermos de volta o debate sobre educação sexual nas escolas e a discussão sobre papéis sociais, não teremos êxito. Caso contrário, será necessário ter um policial em cada esquina e dentro das casas para conter a violência. Nossa missão é uma das mais nobres possíveis. Lembro de uma cena do filme Tropa de Elite, que assisti acompanhado. A pessoa ao meu lado – minha companheira na época – comentou que eu havia ficado arrasado. Isso

porque, em uma cena, um policial coloca um saco plástico na cabeça de um suspeito, que começa a agonizar; e a plateia vibra com a tortura. Eu pensei: "E os direitos humanos?". E vi dezenas de pessoas quase em êxtase, celebrando aquela violência. Confesso que saí do cinema arrasado. Mas, então, me lembrei: Mandela ficou vinte e sete anos preso e não se permitiu sair da cadeia derrotado. Que Tia Eva, Manoel de Barros, Mandela e tantos outros nos inspirem na efetivação das políticas públicas de direitos humanos. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Eu gostei muito quando você disse que aqui tem a Pestalozzi, o Cotolengo e o Grupo Tez, que fazem direitos humanos. Eu acho muito legal que todos nós que trabalhamos em alguma entidade na defesa dos direitos de uma população específica, seja pessoa com deficiência, mulher vítima de violência ou criança que sofre abuso, fazemos direitos humanos. Portanto, fazem direitos humanos todas as pessoas que lutam pela garantia de direitos. Agora, eu vou falar para vocês das principais violações na área dos direitos humanos aqui em Mato Grosso do Sul. Isso não significa que são as únicas; pode ser que, depois, vocês se lembrem de outras situações que não foram citadas aqui. Mas essas são as que mais chamam atenção, que mais aparecem na imprensa e que são mais debatidas. Então, eu queria dizer para vocês que, na revisão do Plano Estadual, é muito importante que a gente tenha presente essas situações de violação dos direitos humanos, algumas que eu vou citar aqui e outras que vocês, enquanto sociedade civil, nesse processo participativo, vão apontar para nós, para que não deixemos nada de lado. Mato Grosso do Sul é um estado com uma história marcada por graves violações dos direitos humanos, especialmente com relação aos povos indígenas, comunidades quilombolas, trabalhadores rurais e populações vulneráveis. O nosso conselho elaborou um relatório muito amplo sobre violações dos direitos humanos nas comunidades indígenas, e esse relatório já foi encaminhado para autoridades federais, estaduais, ao Ministério Público e até para fora do país. Os povos indígenas, especialmente os Guarani-Kaiowá, enfrentam disputas violentas por terras tradicionalmente ocupadas. A falta de demarcação e homologação de territórios indígenas tem gerado muito conflito entre comunidades indígenas e proprietários rurais. Essa é uma situação que, vez ou outra, está estampada na imprensa, com mortes de lideranças indígenas, conflitos violentos, despejos, enfim. Tem também a questão da falta de homologação e demarcação das terras indígenas, que acaba gerando uma série de situações, como, por exemplo, comunidades vivendo em barracos à beira de estradas, correndo risco de vida, e situações de falta de assistência nas políticas públicas, como na educação e na saúde. Portanto, é muito difícil atender aos direitos dessas pessoas em várias áreas. Lideranças indígenas são frequentemente alvo de assassinatos, de ameaças, e também é comum o ataque armado contra comunidades indígenas, o que resulta em mortes, ferimentos e situações de vulnerabilidade social nas aldeias, lembrando que há áreas demarcadas e acampamentos em situações onde eles estão em áreas provisórias. Então, há situação de pobreza extrema em algumas comunidades, desnutrição, falta de assistência adequada à saúde, habitações precárias e falta de água potável nas reservas indígenas de Dourados, que são reservas antigas que ainda não têm uma rede de distribuição de água potável para todas as famílias; lembrando que esse é um assunto que foi muito debatido aqui. Vocês devem se lembrar quando

fecharam a estrada de Dourados até Itaporã, fazendo um protesto para chamar a atenção da sociedade e do governo, por conta da falta de água nas comunidades. A contaminação de rios e córregos por agrotóxicos, que são jogados nos rios e córregos que abastecem as aldeias indígenas, causa problemas de saúde na comunidade. Fizemos, inclusive, denúncia de pulverização aérea. Tem ocorrido também uma situação que não tem muita visibilidade, mas temos registro de violência contra mulheres e crianças, inclusive abuso sexual e estupro coletivo. A intolerância religiosa é também uma realidade vivida pelas comunidades, inclusive, foram queimadas casas de reza da espiritualidade tradicional dos Guarani-Kaiowá. Outro ponto que chamo atenção é o trabalho escravo e a exploração laboral. O Ministério Público do Trabalho tem uma comissão permanente de fiscalização das condições de trabalho, e vez ou outra vemos uma situação de trabalho análogo à escravidão, com a libertação de trabalhadores. É uma situação que não é possível admitir em um estado como o nosso, que está crescendo, do ponto de vista econômico, e se desenvolvendo. Mato Grosso do Sul é um dos estados com maior incidência de casos de trabalho escravo, especialmente em fazendas de gado e de cana-de-açúcar, onde os trabalhadores são submetidos a condições degradantes, jornadas exaustivas e servidão por dívida. Quando eles querem ir embora, são impedidos, e só a comissão do Ministério Público do Trabalho é que faz a libertação e indenização desses trabalhadores. Tem muita exploração de trabalhadores rurais, incluindo indígenas e imigrantes, que são explorados com baixos salários, falta de direitos trabalhistas e exposição a riscos à saúde. Outro ponto, como citei aqui e que teve bastante debate, é a violência contra mulheres e crianças. No ano passado, para vocês terem uma ideia, só aqui em Campo Grande, na Casa da Mulher Brasileira, tivemos mais de vinte mil ocorrências registradas, com cinco mil e quatrocentas medidas protetivas expedidas. É uma verdadeira epidemia! O atendimento da Casa da Mulher Brasileira foi alvo de bastante debate, para que haja um aperfeiçoamento, já que o fluxo de mulheres é bastante intenso, com uma média de vinte a trinta ocorrências por dia. Não é por acaso que a primeira Casa da Mulher Brasileira do Brasil foi implantada aqui em Campo Grande, pois chamam a atenção do Brasil os índices alarmantes que temos aqui. Mulheres de todas as camadas sociais enfrentam a questão da violência doméstica, não existe classe social. Não é só na família pobre; todas as classes sociais enfrentam alto índice de violência doméstica e sexual, com pouca proteção do estado, especialmente nos municípios do interior do estado. Aqui, temos a Casa da Mulher Brasileira, a Delegacia da Mulher, e acesso a alguns serviços, como abrigo para mulheres vítimas de violência. Mas, no interior é muito difícil, às vezes a mulher não tem a quem recorrer, porque não há mecanismos de garantia dos seus direitos, principalmente nos assentamentos, nas comunidades rurais e nas aldeias indígenas. Eu já recebi aqui denúncias de violência contra as mulheres em assentamentos, onde elas têm dificuldade de sair do lote, não têm como se deslocar até a cidade para formalizar a denúncia, para fazer um BO; enfim, são situações dramáticas. Há também um elevado número de denúncias de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no estado. Os indígenas, os negros e os quilombolas enfrentam discriminação racial e social no acesso a emprego, serviços públicos e direitos básicos, que é o que nós chamamos de racismo estrutural. Aqui na Assembleia, nós já recebemos denúncias no sentido da discriminação, da dificuldade de acesso ao emprego,

ao acesso a serviços públicos e à exclusão social. Populações marginalizadas sofrem com a falta de políticas públicas eficazes para garantir seus direitos e melhorar a condição de vida. A violência contra a comunidade LGBTQIAPN+, a discriminação no acesso a direitos e garantias, é uma realidade, haja vista que pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ muitas vezes são impedidas de ter acesso aos direitos básicos, como saúde, educação, segurança, trabalho, entre outros. Quero citar aqui um caso bastante específico de uma pessoa trans que ficou doente, foi procurar assistência médica e o médico passou um remédio sem examiná-la, por ela ser transexual. Então, no seu direito de acesso à saúde, a pessoa é discriminada pelo profissional que deveria atendê-la como atende todas as demais pessoas. Na educação, na escola, na universidade, quantas pessoas são vítimas de violência e preconceito justamente por conta da sua orientação sexual, da sua identidade de gênero! Sem falar que há inúmeros casos de discriminação que vão da violência verbal à violência psicológica que ela sofre, mas podem chegar até a agressão física e assassinato. São crimes baseados na homofobia, no ódio às pessoas LGBTQIAPN+. Condições carcerárias precárias, superlotação e violência nas prisões são um problema antigo que se arrasta por anos e anos, e parece que é uma situação que fica lá, escondida, a sociedade não vê, é uma população que ninguém quer contato. Portanto, o sistema carcerário do estado enfrenta problemas de superlotação, violência, falta de condições básicas e violação dos direitos humanos dos presos. Não é porque ele cometeu um crime que ele deve estar lá numa situação degradante. A pena é privação de liberdade; ele já está lá cumprindo uma pena, agora ele não pode ser torturado, senão o estado faz aquele papel de torturador, de agressor da pessoa que agrediu e que estava pagando a pena. Então, há denúncias de tortura e maus-tratos contra detentos, incluindo os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em situação de privação de liberdade. Violência urbana e segurança pública: o estado tem altos índices de homicídios e de violência urbana, especialmente nas periferias das cidades, afetando principalmente jovens negros e pobres. Abuso por parte das forças de segurança: há registros de abuso e violência por parte da polícia, incluindo execuções sumárias e abordagens violentas. Mato Grosso do Sul registrou cento e trinta e três mortes por intervenções policiais em 2023, número que representa um aumento de 160% em comparação a 2022, conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024. Recentemente, saiu uma matéria dizendo que a polícia de Mato Grosso do Sul mata demais; são altos índices de letalidade que precisamos questionar. Eu já fiz esse questionamento a alguns deputados, e a resposta que ouvi não foi muito interessante para quem defende os direitos humanos. Então, é preciso rever essa situação. O Ben-Hur lembrou aqui da questão dos direitos dos policiais. Nós fizemos uma campanha no Centro de Defesa dos Direitos Humanos, defendendo segurança para quem garante a segurança da sociedade. Um policial tem baixo salário, tem péssimas condições de trabalho e também precisa ser respeitado nos seus direitos, ter condições dignas de trabalho e de remuneração, para dar segurança à sociedade. Quando a gente aponta esses dados reais, não quer condenar o lado do policial, porque muitas vezes ele é obrigado a usar a força, e assim alguém é morto numa situação de extrema violência. Então, é preciso prestar atenção nesses altos índices de letalidade nas ações das forças de segurança para ver se, de fato, é possível diminui-los. Degradação ambiental e impactos sobre comunidades tradicionais e

desmatamento com a expansão do agronegócio. A expansão do agronegócio e a degradação ambiental têm impactado diretamente as comunidades tradicionais que dependem da terra e dos recursos naturais para sua subsistência e cultura. A contaminação de rios e solos, o uso intensivo de agrotóxicos e a poluição de rios afetam a saúde e a qualidade de vida das comunidades rurais e indígenas, principalmente — como já citei aqui anteriormente. Falta de acesso a direitos básicos das pessoas em situação de vulnerabilidade social e necessidades especiais: o acesso à saúde, com filas de espera para consultas e exames, falta de medicamentos, insumos, espera por meses e até anos por cirurgias eletivas, dificuldade de acesso a medicamentos de alto custo são reclamações constantes das pessoas que procuram esse serviço. Haja vista que o direito à saúde é um direito fundamental, e a gente tem muita reclamação nessa área. As pessoas com deficiência: a falta de serviço especializado para o atendimento das pessoas com deficiência nas áreas da saúde e da educação, a dificuldade de acesso às fraldas, medicamentos, insumos e dieta especial para pessoas com deficiência na rede pública de saúde. Aqui em Campo Grande, nós temos um movimento das chamadas "Mães Atípicas", que batem às portas da Secretaria Municipal de Saúde, reclamando da falta de atendimento em algo que é fundamental e básico para a garantia dos direitos dos seus filhos, que são, muitas vezes, crianças dependentes, que têm doenças raras, que têm condutas típicas e que necessitam desses insumos e dieta especial para poder viver com dignidade. Migrantes e população em situação de rua: falta de serviços públicos adequados voltados ao acolhimento e à atenção aos migrantes de outros estados e países. A gente vê aí nos sinaleiros e nas esquinas, pedindo esmolas, os venezuelanos, os haitianos, pessoas de outros países que vieram para cá. Embora haja alguns serviços de acolhimento, movimentos sociais e a pastoral do migrante, que prestam assistência a esses migrantes, a gente percebe um fluxo cada vez maior. Então, é preciso pensar que são pessoas que vieram de outros países não para fazer turismo, nem passear, ou nem porque quiseram, mas porque foram forçadas a deixar seus países em função da situação política de lá. Eu fui a uma reunião da Pastoral do Migrante, e lá havia pessoas do Afeganistão e de outras partes do mundo. Nós estamos falando aqui de haitianos e venezuelanos, mas ali havia pessoas fugindo da guerra no Líbano. Então, nós temos que pensar que são seres humanos, são pessoas que precisam de acolhimento e de condições dignas de vida. Eu falei sobre a falta de serviços públicos, mas há também os casos de discriminação e negligência no trato de migrantes e de pessoas em situação de rua. Eu encerro aqui essa minha exposição e — como eu disse no início — nós temos muitas situações de violação dos direitos humanos, e talvez sejam essas que chamam mais a nossa atenção e nos provocam mais. Eu queria abrir agora para a participação de todos quantos quiserem falar. Quero registrar a presença de algumas pessoas que chegaram depois: Josiane do Nascimento, secretária de Assistência Social de Vicentina; Ângela Derzi, secretária adjunta da Cidadania e Inclusão Social de Ponta Porã; Marinês de Oliveira, vice-prefeita de Aral Moreira; Rose Arruda, vereadora de Nioaque; Silvana Alves Cordeiro, da Secretaria de Assistência Social de Aral Moreira; Mari Beltrão, secretária de Assistência Social de Anastácio; Tessalônica Fernandes Ribeiro, secretária municipal de Assistência Social de Nioaque; Aikel Gazal, diretor administrativo do Hospital Nosso Lar; Jeremias Sobrinho, da Associação dos Deficientes Visuais de Mato Grosso do

Sul; e Michele Regina Ferreira, assistente social da Apae. Eu queria dizer que temos a participação de pessoas de treze municípios: Itaporã, Vicentina, Ponta Porã, Três Lagoas, Bonito, Anastácio, Bodoquena, Nioaque, Aral Moreira, Guia Lopes, Bataguassu, Jardim e Corumbá. Agora, vamos abrir o microfone para as pessoas que quiserem falar, intercalando as perguntas aqui. Vou começar dirigindo uma pergunta do Plínio, coordenador do setorial LGBT do Partido dos Trabalhadores, para a doutora Thaísa. Ele pergunta: "De 2013 a 2024, foram realizadas, a pedido dos movimentos sociais, audiências públicas requerendo do Ministério Público a implantação do Conselho Municipal LGBT na Prefeitura de Campo Grande. Até o momento, não fomos atendidos. Portanto, são vinte e um anos de luta. Existe algum outro mecanismo para fazer com que as prefeituras assumam esse compromisso? O que o Plano Estadual de Direitos Humanos pode contemplar nessa angústia?" Aliás, a doutora Thaísa poderia falar também sobre a luta do nosso conselho para a implantação dos Conselhos Municipais dos Direitos Humanos. Inclusive, vocês podem levar essa proposta para os seus municípios, para os prefeitos e prefeitas, para que possam criar o Conselho Municipal. É muito importante a participação da sociedade civil. "[Trecho sem áudio] ...que esse agressor passe por uma reciclagem em suas condutas. Como acabar com esse machismo estrutural?" Eu passo essa pergunta para a doutora Neyla. Pergunta da Neusa, da Associação de Mulheres voluntárias: "Temos setenta e nove municípios. Como será a mobilização para que os municípios se organizem para realizar suas conferências locais? Referente aos direitos dos imigrantes: como fazer com que eles se integrem nas políticas públicas sem que infrinjam os direitos da criança e do adolescente, quando estão nas esquinas, pedindo, com bebês e crianças de várias idades?" Ontem, eu passei na esquina da avenida Mato Grosso com a Via Parque e vi uma família com várias crianças debaixo de uma tendinha. "Como garantir os direitos dos moradores em situação de rua, para que eles tenham a garantia de receber políticas públicas, tratamento para vícios em álcool, drogas, depressão e outros problemas psicológicos?"

SENHORA NEYLA FERREIRA MENDES (vice-presidente do Cedhu/MS) — Plínio, essa luta no Conselho Estadual de Direitos Humanos é para que cada município tenha o seu. Inclusive, eu tenho acompanhado o percurso dos movimentos sociais de todas as entidades para a criação do Conselho Municipal, e, salvo melhor juízo, houve até uma recomendação do Ministério Público. No campo dos direitos humanos, eu diria que o acesso à justiça é para todas as pessoas, incluindo os movimentos sociais. Então, a gente tensiona até certo ponto e estuda uma análise de intermediação por meio do Judiciário; é uma solução a ser buscada, é um raciocínio a ser realizado. Deputado, o senhor fez algumas perguntas, mas acho que vou avançar, respondendo o bloco rapidinho. Com relação aos migrantes internacionais, eu gostaria de fazer uma observação. A gente pode procurar na maioria dos atendimentos que são realizados a eles, seja pelo Conselho Tutelar, seja pelas abordagens que são feitas, mas elas não são realizadas na língua de seu país de origem, nem por pessoas que tenham domínio em outras línguas; e isso dificulta bastante o diálogo. A gente não pode supor que a pessoa tenha conhecimento daquela norma e não conseguimos entender qual é a cultura que ela traz e qual é a melhor forma de comunicação. Por mais que eu fale devagarzinho para a pessoa entender, preciso levar em consideração

que ali existe uma crença religiosa, uma forma de pensar, uma cultura diferente. Então, esse diálogo precisa ser feito a partir de quebrar a barreira linguística, ou seja, alguém que possa ter domínio em outras línguas. Eu tiro por um atendimento que fizemos na Defensoria com migrantes internacionais. Eu falei por meia hora com uma senhora, achei que tinha entendido o problema dela e disse que foi uma beleza, mas, na semana seguinte, encontrei essa senhora em outro espaço, e a coordenação chegou para mim e falou que a situação dela era assim, assim e assim. Então, o "buraco era muito mais embaixo", e eu não tinha, no momento do atendimento, alguém que pudesse fazer interlocução para eu compreender qual era realmente o problema dela. Então, a gente precisa fazer um acolhimento de verdade, e isso inclui, além da política pública, a comunicação. Com relação à população em situação de rua, eu gostaria de pontuar que nem todas as pessoas que estão em situação de rua são usuárias de álcool e droga. Uma coisa é ser usuário de álcool e droga, e outra coisa é estar em situação de rua. Situação de rua é desafiadora? Muito! Muito desafiadora! Pensem o que uma mulher em situação de rua tem que fazer para suportar ficar ali. Às vezes, ela faz uso de substâncias psicoativas, mas isso não quer dizer que ela tenha problema com álcool e drogas. O álcool e as drogas a gente trata pela rede de saúde, não é uma questão de política pública direcionada àquela população que precisa de habitação, acolhimento, trabalho e melhoria da autoestima. Muitas vezes, ela está longe ou foi separada dos seus familiares por outras razões, e, às vezes, ela está no mesmo espaço em que está a família dela, mas houve um rompimento dos laços. Então, uma coisa é uma coisa; outra coisa é outra coisa, e a gente pode melhorar. É como eu disse: existe uma política pública nacional direcionada à população em situação de rua, que é voltada para estados e municípios que precisam cumprir o seu papel. Isso inclui a habitação também. Então, a gente tem muito esse estigma de que população de rua é drogada; "Eles nem respondem por si, nem sabem o que estão fazendo". Mas não é assim. Então, a gente precisa diferenciar. Eram essas as colocações que eu queria fazer.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Vou deixar o Ben-Hur responder primeiro, porque temos horário, depois a gente abre a questão.

SENHOR EURÍDIO BEN-HUR FERREIRA (secretário executivo dos Direitos Humanos) - Rapidamente, deputado. Sobre a questão da mobilização, acho que você já respondeu, e a Neyla também, mas vamos avaliar. [Trecho inaudível].

SENHOR ANÍSIO GUATÓ - [Trecho inaudível]. Com esse estigma aqui neste estado, mesmo a gente lutando em comunhão, vidas estão se perdendo por falta dos direitos humanos.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Muito bem.

SENHOR EURÍDIO BEN-HUR FERREIRA (secretário executivo dos Direitos Humanos) - Posso responder?

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Pode.

SENHOR EURÍDIO BEN-HUR FERREIRA (secretário executivo dos Direitos Humanos) - A Neuza perguntou sobre a questão da mobilização, e acho que o Conselho vai estar nessa reunião, junto com a Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos (Sead) e com a Secretaria de Cidadania, para estabelecer alguns parâmetros. Se essa mobilização será regional — parece que esse é o modelo — a gente vai tentar fazer com que essa rede funcione. A Conferência dos Direitos Humanos vai ser um grande desafio, e a gente vai ter que ter muita sabedoria. A Thaísa me mostrou o número de conferências que tem esse ano, algumas ligadas à questão racial, à assistência social, então a Conferência de Direitos Humanos vai ficar muito espremida, porque já há políticas muito consolidadas. Sobre a questão dos migrantes e as políticas públicas, eu quero até citar aqui um caso que aconteceu no Brasil, que, inclusive, é muito relevante e ajuda a entender. Eu esqueci o nome do livro, mas, basicamente, fala de como a Holanda recebeu alguns migrantes e de como ela relativizou a questão dos direitos humanos por causa do aumento da violência contra a mulher, fruto de uma cultura de alguns países. E aí houve toda uma discussão a respeito da universalidade dos direitos humanos. Então, apesar da dificuldade que o imigrante tem com relação à língua, há algumas questões que são inegociáveis, como, por exemplo, a questão da criança e do adolescente, e a não exposição da criança. A questão dos direitos humanos é inesgotável na nossa agenda, ou seja, há demandas que não são atendidas, mas, ao mesmo tempo, a gente tem que ter a capacidade de perceber os avanços. E, quando isso acontece, eu gosto de usar uma expressão do Frei Beto que diz que governo é igual feijão numa panela de pressão. Então, o movimento social pressiona, a gente responde, mas nunca é a totalidade que se é pretendido. Aliás, eu lido com pessoas, e o meu grande papel é estimular, para não desanimarem, porque você tem uma burocracia. É tão paradoxal, mas, em um estado dinâmico como o nosso, onde muitas coisas estão acontecendo, não é fácil colocar essas temáticas de pessoas em situação de rua e imigrantes no centro da agenda. Na verdade, é um desafio muito grande, porque a gente sabe que essas pessoas não têm um sindicato, muitas vezes não votam e, na maioria das vezes, a própria opinião pública não se movimenta com relação a isso. Basta ver, por exemplo, que, se a gente fizesse uma consulta sobre como as pessoas acham que os apenados deveriam ser tratados, iríamos nos chocar com algumas respostas. Mas o nosso papel é discutir com o cotidiano e, muitas vezes, desempenhar um papel iluminista no sentido de ajudar as pessoas a compreenderem por que as políticas são importantes. Com relação às pessoas em situação de rua, a doutora Thaísa articulou um fórum que tem funcionado e que "arrancou" — essa é a palavra — dos principais candidatos à prefeitura de Campo Grande, um compromisso. Inclusive, quem ganhou assinou um documento com várias políticas públicas. Eu sei que o papel aceita tudo, mas foi uma vitória, pois há um documento apontando esses compromissos. Sabemos que um novo mandato se inicia, então temos que cobrar tudo, apontando pelo menos um cronograma para algumas políticas. No Estado, estamos solicitando a criação do nosso conselho do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento Estadual (Ciamp), e nós temos problema até para dialogar, o que é algo elementar. Hoje eu tive uma conversa que me

deixou animado — ainda não posso publicizar —, mas a questão é que precisamos ter um censo das pessoas em situação de rua. Não sabemos quantas têm vínculo familiar desfeito, quantas têm problemas com alcoolismo ou transtornos mentais, porque nem isso temos registrado. Então, a gente atua no escuro.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Muito bem. Nós vamos intercalar e ouvir agora as pessoas que pediram para falar. Senhora Neuza.

SENHORA NEUZA SOCORRO DA SILVA (Conselho de Mulheres Voluntárias) — Boa tarde a todos e a todas. Eu gostaria de fazer uma pergunta: o Conselho dos Direitos Humanos é consultivo ou deliberativo? Se for deliberativo, a gente não pode apenas fazer propostas sem obter resultados. Não vemos avanços, não vemos metas, isso e aquilo. Então, sendo deliberativo, ele resolve. E, no caso das pessoas em situação de rua — sejam elas drogadas, depressivas ou que tenham saído da família por "A" ou "B" motivos —, nós, como deliberativos, temos que propor algumas diretrizes, alguns projetos e implementar algo para resgatar essas pessoas. Com relação à situação que mencionei — a pessoa em situação de rua, o migrante —, aqui no nosso estado, além dos outros municípios, há crianças, adolescentes e até bebês que ficam nas esquinas pedindo, sob um sol de 40ºC. Nós conhecemos o Estatuto da Criança e do Adolescente. Se aquelas pessoas não falam a nossa língua, e eu não entendo o que elas dizem, como membro do conselho deliberativo eu tenho que providenciar uma solução. Tenho que dar um jeito, fazer alguma coisa, pegar o celular para traduzir. Até porque eu não posso dizer que não consegui resolver o problema daquela pessoa, daquela família, daquelas crianças, simplesmente porque não as compreendi. Portanto, se somos um conselho deliberativo, temos que tentar resolver o problema do direito daquelas crianças, do direito daquela família. Eu não sei de onde vem, nem o porquê, mas a gente tem que fazer o atendimento. É um trabalho muito longo, realizado com a SAS e vários outros setores.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Eu só queria fazer um esclarecimento: o conselho é deliberativo, mas não executa as ações. A execução das políticas públicas cabe à prefeitura e ao Estado.

SENHORA NEUZA SOCORRO DA SILVA (Conselho de Mulheres Voluntárias) — Ele não executa, mas tem o poder de exigir que a prefeitura e o estado cumpram suas responsabilidades. Agora, se o conselho for apenas consultivo, ele já não tem esse poder em nenhum setor. Com relação aos moradores de rua locais, não aos imigrantes, temos diversas situações: há os viciados, os que estão em estado depressivo, aqueles que saíram do presídio e moravam em outro estado. Antes, a maioria dos moradores de rua eram homens, mas hoje temos muitas mulheres, inclusive senhoras de idade, que vão procurar seus filhos nos becos e acabam ficando lá com eles. Temos, portanto, um problema gravíssimo: essas mulheres são idosas, são vulneráveis, e vemos que vários direitos não estão sendo cumpridos. Meu falar pode não ser muito bom, não sei

se dá para entender, mas fico muito preocupada em fazer propostas, ter leis, diretrizes, ter isso e aquilo, e não ver um resultado efetivo. Essa é a minha ansiedade. Obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Eu só quero deixar bem claro que nós, do conselho, recebemos denúncias e as encaminhamos às autoridades, pedindo solução para os problemas. Agora, imagine se o conselho tivesse que resolver todas as situações de violação dos direitos humanos — esse não é o nosso papel. Nós encaminhamos as demandas, mas é importante ter em mente que avançamos muito nos últimos anos em vários aspectos. Quando pegamos um caso pontual que não foi resolvido, que não está avançando ou que parece não estar surtindo efeito, podemos até desanimar na luta. Mas não! Precisamos lembrar o quanto já avançamos em diversas áreas: na proteção dos direitos de crianças e adolescentes, das mulheres e no combate ao trabalho degradante. Temos conquistas, mas também muitos desafios pela frente. Ainda há muito a ser feito. Agora, a pergunta da doutora Neyla.

SENHORA NEYLA FERREIRA MENDES (vice-presidente do Cedhu/MS) - Com relação às atribuições do conselho, o que fazemos quando recebemos reclamações ou, de ofício, verificamos uma possível violação, é aconselhar e recomendar ao governo que aquela situação seja resolvida. Quando surgem questões pontuais, elaboramos um relatório e o remetemos ao governo, pedindo providências, pois não temos atribuição para resolver essas questões, tampouco orçamento para isso. Nosso papel é relatar e solicitar que o governo tome as devidas medidas dentro das atribuições estabelecidas em lei. Nós não resolvemos diretamente, mesmo porque não há como. Outro ponto importante: este plano que estamos revisando é o momento ideal para que as sugestões sejam apresentadas nesse sentido, pois a ideia do deputado Pedro Kemp é que esse plano se torne lei. Assim, todos que estão aqui e identificam alguma violação podem contribuir na construção de uma diretriz para esse plano. Mesmo que a proposta não esteja completamente estruturada, nós faremos as adaptações necessárias posteriormente. Agora, temos uma pergunta da Rosângela de Oliveira, que é a pergunta de um milhão de dólares: "Com relação à violência contra a mulher, como resolver essa situação?" Há muitos anos eu trabalho com a política de combate à violência doméstica, e gostaria de ter uma solução definitiva para esse problema, mas, de fato, ele é estrutural. Como você mencionou, o machismo também é estrutural. Acredito que reciclar a mentalidade de pessoas adultas é algo muito complexo, pois a base desse aprendizado deveria começar na educação, desde o berço. Enfrentamos grandes dificuldades para levar esse tipo de curso às escolas, pois há um forte preconceito quando aparecem as palavras "gênero" e "sexo". E não conseguimos furar essa barreira, essa bolha dos costumes, porque as pessoas confundem os conceitos. Por isso, acredito que este é um momento oportuno para que o plano nos ajude a avançar nesse sentido.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Eu vou estabelecer mais três minutos para cada um falar, porque há várias pessoas inscritas: Valdemir Vieira, Rosângela de Oliveira, Andreia, Junel (da Associação dos Haitianos), Kensy Palácio, Isabela, senhor Orici, Luciano, Adriane, quilombola. Acredito que, quando todos tiverem

falado, já estará próximo do horário de encerramento. Lembrando que esta reunião é o pontapé inicial do processo de discussão dos direitos humanos aqui no estado, que culminará em nossa conferência. Foram levantados muitos assuntos importantes, que depois irei ler. Na verdade, não são perguntas, mas contribuições. Vamos ouvir o Valdemir Vieira.

SENHOR VALDEMIR VIEIRA — Boa tarde a todos. É um prazer rever aqui os amigos Ben-Hur, deputado Pedro Kemp e os demais para debater um tema tão importante. Estou falando em nome de uma empresa pública que tinha cento e oitenta e seis mil trabalhadores, e o processo era muito difícil, porque 60% dos homens não deixavam as mulheres trabalhar. Eles diziam: "Nós ganhamos bem, você não vai trabalhar, vai ficar em casa." Acontece que, após a morte desses homens, veio uma situação difícil para essas mulheres, porque elas não sabiam nada sobre o que os maridos faziam. Tínhamos defensores dessa luta, como o Batistinha, um dos maiores lutadores da causa ferroviária, que foi fuzilado no Rio de Janeiro na Década de 1980, por defender essa causa. Tivemos também Rafael Martinelli, um dos melhores advogados do país, que defendia a questão da anistia e da igualdade racial, e que faleceu no ano passado, vítima da Covid-19, aos noventa e oito anos. Outro nome importante foi Roque José Ferreira, que, por várias vezes, debateu aqui neste Plenário e sempre se dedicou à questão ferroviária. Tivemos tantos outros, como Manuel Vitório e Anísio. Mas o maior choque que houve na ferrovia aconteceu comigo: a discriminação que sofri. Em 1987, com vinte e três anos, jogava futebol e disputei três Copas Morena de Futebol de Salão, como goleiro. Eu trabalhava na ferrovia como manobrador e sofri um acidente às cinco horas da manhã, em frente ao aeroporto. Perdi a perna e, hoje, uso uma perna mecânica. O acidente que eu sofri foi de trabalho, e, quando retornei, após o tratamento, a empresa queria que eu me aposentasse com a idade de vinte e três anos. Eu disse não. Foi a primeira reabilitação no INSS aqui no estado; e continuei na empresa, indo para o setor administrativo. Quando me apresentei na empresa para trabalhar, no dia 31 de agosto de 1988 — vocês que conhecem a ferrovia sabem que tem uma escada, enquanto nos outros setores é tudo plano —, eu tive que subir a escada, mesmo ainda me adaptando com a perna mecânica e usando bengala. Eu aguentei por trinta dias, e eles disseram: "Ele não vai aguentar, vai pedir as contas, ele vai sair, nós vamos demiti-lo." Então, fui para dezenove setores e, por fim, para os Recursos Humanos. Lá, os próprios colegas me chamavam de "salsichão", de "perneta", só me tratavam assim, mas tudo a mando da gerência da empresa, para forçar a minha saída. Nesse momento, eu só tinha uma coisa para fazer: chorar e sair da empresa, ou entrar com uma ação. Foi então que eu passei para o Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários de Bauru e Mato Grosso do Sul e entrei com uma ação. Na época, tinha sido aprovada a Constituição de 1988, que criou a questão dos danos morais. Eu continuei, mas logo em seguida fui demitido, mas como eu era do sindicato, a empresa teve que me readmitir. Em 1995, nós fizemos uma greve de vinte e dois dias pela luta dos ferroviários para não privatizar. Fui demitido de novo e, numa negociação do deputado federal Carlos Santana, do Rio de Janeiro, conseguimos o retorno. Houve então a privatização, e, desses cento e oitenta e seis mil ferroviários, hoje estamos com praticamente duzentos aqui no estado. Diante de tudo o que eu disse, eu gostaria de

registrar que essa questão do PDV e essas conversas bonitas ditas pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado eram para fazer a pessoa vender o emprego. Algumas pessoas pediram para sair, venderam o emprego nesse PDV e hoje estão sofrendo na ferrovia. Inclusive, se encontram numa situação difícil, não conseguiram se aposentar porque a empresa atual não dá os documentos e alega que a outra empresa acabou. Em 2005, fui demitido da ferrovia; depois disso eu saí candidato a vereador em Campo Grande, numa votação de mil duzentos e cinquenta votos. Não atingi o meu objetivo, mas fiquei desempregado. De qualquer forma, foi importante, porque criei uma alternativa de vida sem depender da questão política. Então, essa história mostra que dentro das empresas existe todo um processo discriminatório, e temos que ter cuidado para resolver isso. Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Agora, vai falar a Rosângela. Vamos tentar ficar no horário, porque a lista aqui só está crescendo.

SENHORA ROSÂNGELA DE OLIVEIRA — Eu tenho um sonho, que não considero impossível: ver todos os usuários do Sistema Único de Assistência Social (Suas) participando do Fórum Municipal e do Fórum Estadual da Assistência Social, para defender os nossos direitos e discutir com os gestores, sem briga, porque, afinal, queremos paz. Eu fui convidada para reorganizar o Fórum de Mato Grosso do Sul porque nós estávamos em representatividade. A minha missão é fazer o coletivo nos municípios, realizar uma formação em Brasília e, posteriormente, reorganizar os fóruns nos municípios. Eu cumpri a missão que me foi dada, o fórum foi organizado, estaremos dentro da Conferência Nacional, e espero que os usuários do Suas... Aqui temos algumas assistentes sociais que podem encaminhar as pessoas. O meu telefone de contato é (92) 98201-7785 - Rosângela. Quero todos comigo.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Obrigada, Rosângela. O Ben-Hur vai ter que se retirar, pois tem um outro compromisso, mas agradeço sua participação. Vamos contar sempre com você.

SENHOR ANÍSIO GUATÓ — [Fala fora do microfone e inaudível].

DEPUTADO PEDRO KEMP — PT (proponente) — Anísio.

SENHOR ANÍSIO GUATÓ — [Fala fora do microfone e inaudível].

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — A próxima inscrita é a Andreia.

SENHORA ANDREIA — Boa tarde a todos e todas. Eu sou Andreia Ferreira, advogada, e, no Conselho Estadual, represento a Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ). Como foi dito aqui, é uma sociedade civil, e digo a vocês que, para eu estar na Conferência Nacional, ainda que como suplente, foi uma luta, porque não

é fácil estar nessa ponta como conselheira, verificar as diversas violações e não ter o poder de corrigir. Assim como o deputado Pedro Kemp disse, nós podemos recomendar, e até dentro dessas recomendações, nos relatórios que já foram produzidos, há situações nas quais a gente, praticamente, tira do nosso bolso para fazer. Os Conselhos Estaduais, e eu digo isso sempre, foram feitos para não funcionar. E, apesar de ter uma previsão orçamentária, as burocracias para que a gente tenha acesso ao local da violação e consiga chegar lá são inúmeras. Quando a gente vai, é porque "coçamos" o bolso e fomos. A doutora Neyla faz isso com muita frequência, inclusive eu já a acompanhei em diversas situações, principalmente nas questões indígenas, sobre as quais temos nos debruçado ultimamente, apesar de não afastarmos nenhuma das outras temáticas ou questões. Eu gostaria de aproveitar para dizer que é preciso — já que temos treze municípios para além de Campo Grande — reforçar a criação dos Conselhos Municipais de Direitos Humanos e também de outras temáticas, porque cada uma delas é importante e precisa ser trabalhada no fomento disso. Quero dizer que é muito doloroso a gente não conseguir nem chegar ao lugar, pois, para solicitar um carro, para solicitar uma diária, é preciso trinta dias de antecedência; portanto, é uma burocracia muito grande. E vocês têm o poder e a caneta para resolver essa demanda. Eles estão pensando em transformar o GT nacional em um instituto ou em alguma outra coisa para nos ajudar a fazer algo nos GTs estaduais. De qualquer forma, é muito importante que os municípios criem e fomentem todas essas temáticas.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Agora, quem vai falar é a Isabela.

SENHORA MARIA ISABELA SALDANHA (presidente DHCA/OAB/MS) **—** Boa tarde a todos. Estou feliz que o doutor Vicente está aqui; agora teremos uma Comissão de Direitos Humanos operante; e estou feliz também pelo colega que é da igualdade racial. Eu sei que o Conselho é para recomendar, só que a gente reduz muito o valor disso e questiona, mas essas recomendações são importantes. Muitos aqui devem estar pensando que de nada adianta tudo isso, mas, quando eu comecei, já tinha gente trabalhando, já tinha gente recomendando, e nós conseguimos a pauta da criança e do adolescente e o plantão de vinte e quatro horas. Portanto, se houver união, cada qual com a sua especialidade, conseguiremos evoluir e mobilizar a sociedade. O meu avô foi chefe de posto da reserva de Dourados e morreu assassinado, porque denunciava o que acontecia lá, há setenta anos. E, por acaso, eu fui parar naquela reserva quando morreu a menina Raíssa, vítima de um estupro coletivo. Eu fiquei muito feliz, doutor, quando o senhor falou sobre o estupro coletivo das crianças indígenas, e não sei se os senhores sabem, mas Mato Grosso do Sul é o primeiro estado em estupro de criança e adolescente. As nossas crianças indígenas são invisibilizadas; as nossas crianças indígenas não estão nessa estatística como deveriam, porque entram na zona obscura do crime, ou seja, a zona que ninguém denuncia. Está presente aqui a Rosana, assessora da deputada Gleice Jane, que foi a primeira pessoa a levantar essa pauta, junto com o deputado. Então, é preciso que o Conselho de Direitos Humanos funcione, e, se todos aqui se unirem, vão conseguir avançar também. Eu gostaria que esse compromisso do senhor com as crianças indígenas ficasse bem claro, porque as

crianças que estão na cidade já enfrentam dificuldades, visto que os nossos Conselhos Tutelares estão caindo aos pedaços, e nós, conselheiros, somos muito cobrados. Inclusive, eu já cobrei bastante até começar a visitar os conselhos e ver que os conselheiros não têm nem água para beber; eles têm que trazer de casa. Tem Conselho Tutelar, deputado, que está rachado de fora a fora, com risco de cair, um conselho da região sul. Então, a gente precisa dessa atenção. Uma outra questão é a dificuldade que os Conselhos Tutelares de Ponta Porã e os da fronteira, em geral, enfrentam com crianças de outros países. É isso.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Isabela, eu quero atuar nessas questões que você falou; inclusive, algumas poderão ser encaminhadas para mim. Agora, vai falar o senhor Junel, da Associação dos Haitianos.

SENHOR JUNEL ILORA (presidente da Associação dos Haitianos) — Boa tarde, Campo Grande. Eu sou o Junel, do Haiti, estou aqui há uma década apanhando da língua portuguesa. Primeiramente, eu quero agradecer ao deputado e dizer que vale a pena estar aqui nesta tarde, discutindo essa pauta. A doutora Thaísa já falou muitas coisas, mas eu posso acrescentar mais. Hoje, nós, imigrantes aqui no país, mesmo tendo cidadania brasileira, como no meu caso e de muitos que estão aqui na capital, estamos sofrendo muito com a burocracia, que dificulta e complica situações que muitas vezes são simples de resolver. Assim, a porta legal que o migrante ou qualquer cidadão poderia passar para resolver uma situação, agora estão negando, por causa da exploração e do abuso. Então, nesse sentido, como estamos falando de direitos humanos, vale a pena focar na burocracia. Aqui na nossa Capital, temos cerca de dois mil haitianos. O processo de migração é dinâmico. Para entender o que estou dizendo, é só ir lá na rodoviária agora e ver quem está entrando, quem está saindo. Portanto, a migração é dinâmica e, por isso, a nossa Associação Haitiana, de 2016 para cá, não tem um espaço físico para atender o povo. E onde estão os direitos humanos para nos ajudar? O frio está chegando e eu, como presidente da associação, não tenho como atender o povo, como, por exemplo, as mães gestantes. Então, vale a pena ampliar essa ideia, falar de direitos humanos e aplicar, tirar do papel, ir para a prática e resolver. Nós, como migrantes, como cidadãos, precisamos de curso de capacitação, como, por exemplo, o João, que está lá na rua. Se ele for capacitado, daqui a dois anos ele poderá ser um médico e trabalhar pelo crescimento do estado e do país. Quando a gente falar de direitos humanos, é bom trabalhar em conjunto, criar políticas públicas para que essas pessoas, daqui a um, dois, três anos, possam ter realmente uma vida digna, uma vida como cidadão. Eu trabalho na Secretaria de Estado de Educação e tenho um projeto muito bom, que é acolher e entender a integração dos migrantes dentro das escolas. A ideia é ampliar para todo o estado. Nós selecionamos quatro escolas, onde a maioria é de migrantes, para entender como é a integração, como é a vivência, como é realmente o espaço escolar aqui na Capital. Então, vale a pena falar de direitos humanos, e é bom ver isso, porque geralmente nós, migrantes, sofremos muito. Eu hoje falo um pouco da língua portuguesa e poderia contar para vocês a minha história; dá para escrever livros sobre o que passei de 2014 para cá. Eu falo espanhol, mas a língua portuguesa ainda é um grande desafio para mim. Quero dizer que o migrante não é problema para o estado ou para

o país; nós somos uma mão a mais para ajudar no crescimento do município, do estado e do nosso Brasil. Ninguém está aqui para passear; estamos aqui para trabalhar, para contribuir. Também queremos um amanhã melhor, porque, mesmo trabalhando com carteira assinada, é muito difícil abrir uma conta bancária, fazer empréstimos, porque eles vão pedir documentos que você não tem. Por exemplo, a minha mãe é do Haiti, e eles vão pedir o título de eleitor. Isso é sacanagem, desculpe, é sacanagem. Eu estou à disposição, estamos juntos, deputado, porque para mim há esperança, e se hoje cada um de vocês está aqui, há esperança. Deus abençoe. Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Você sempre será bem-vindo no nosso meio, Junel. Inclusive, vai participar da nossa conferência, pois tem muito a contribuir a partir da sua experiência como imigrante. Com a palavra, o Luciano.

SENHOR LUCIANO BARBOSA DE CAMPOS (representante do Instituto de Direitos Humanos José do Nascimento e da OAB/MS) — Boa tarde a todos. Meu nome é Luciano, sou advogado em Campo Grande, faço parte do Instituto de Direitos Humanos José do Nascimento e da Comissão de Direitos Humanos da OAB, seccional Mato Grosso do Sul, cujo presidente está aqui presente, o doutor Vicente. Quando eu recebi o ofício do Conselho, li o Plano Estadual de ponta a ponta, os eixos, as diretrizes, o preâmbulo, a revisão, a atualização, e pude perceber que está muito bem elaborado. Então, eu quis vir aqui ouvir quais são as atualizações necessárias e, ouvindo a doutora Thaísa, de fato, algumas coisas são "en passant" e precisam ser mais destrinchadas. Temos, portanto, muito trabalho a fazer, mas reitero: está muito bem escrito, muito bem posto. Sobre a revisão, eu acho que a palavra seria "implantar", exigir da administração pública que cumpra o que está ali. Acho que o grande cerne da nossa discussão é fazer com que a administração pública cumpra o que ali está. Eu fiz várias anotações em vermelho, em preto, em azul, anotei aqui "utopia", mas a minha participação aqui é representando o Instituto de Direitos Humanos José do Nascimento, em Mato Grosso do Sul, criado desde 2009, e a Comissão de Direitos Humanos, colocando à disposição a OAB e o instituto, porque, lá na OAB, somos vinte e um advogados trabalhando com a temática de direitos humanos, e podemos agregar, podemos contribuir. Eu acho que o conselho está muito bem estruturado, quero parabenizar os conselheiros, a presidente, a vice-presidente, e nos colocar à disposição. Eu sou agora mais um entusiasta dos direitos humanos nessa temática, para podermos receber bem os migrantes, atender os vulneráveis, as pessoas em situação de rua, porque nós precisamos olhar para o ser humano, indistintamente, seja policial, seja imigrante, seja vulnerável, seja mulher, seja quem precisar de direitos. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — O Luciano falou em utopias no plano, e eu quero dizer que nós, militantes dos direitos humanos, vivemos de utopia; somos alimentados por utopias. Eu me lembrei de uma frase do Mário Quintana: "As utopias são como estrelas, para nós inatingíveis. Ora, se as coisas são inatingíveis, não é motivo para não as querer. Que tristes os caminhos se não fora a presença distante das estrelas." Então, essas utopias, esses sonhos que nós temos, é que nos empurram para sempre

caminhar, Maria Rosana, sempre estar na luta. Temos mais duas pessoas para falar e, depois, vamos fechar nossa reunião com os encaminhamentos. Algumas pessoas escreveram aqui — não são perguntas — contribuições, provocações que nós já vamos aproveitar na atualização do nosso Plano Estadual dos Direitos Humanos. Com a palavra, a Adriane, quilombola.

SENHORA ADRIANE DA SILVA SOARES — Axé. Primeiramente, não tem como não falar em direitos humanos sem falar dos territórios quilombolas e indígenas, mesmo porque nós precisamos das nossas titulações. Eu fiz alguns questionamentos, pois acho importante a sociedade civil ter as conferências livres dentro dos municípios, porque a gente não precisa depender da boa vontade do gestor. E, como o Instituto Dandara atende vários estados, seria mais fácil tocar essas conferências. Nada impede que o gestor toque, mas a gente faria as conferências livres dentro dos territórios. Foi falado aqui sobre pessoas em situação privada de liberdade, mas não vi ninguém falando dos egressos do sistema prisional. Nós temos que ser realistas, porque no Brasil não existe pena de morte. Temos que entender e ter consciência de que os egressos do sistema prisional precisam voltar para a sociedade, trabalhar, ter moradia. Porque não adianta nada a gente soltar, tirar do sistema prisional, que já é terrível por causa das condições, e não ter aqui fora um local preparado para, não só encaminhar, mas efetivar no mercado de trabalho. Quando a gente vai no escritório social, eles dizem que encaminharam, mas que a empresa contrata se quiser; mas a empresa tem incentivo. Então, eu acho que deveria sair daqui um encaminhamento para que a empresa que recebe o incentivo receba o egresso do sistema prisional, porque ele já pagou pelo crime que cometeu.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — A Adriane me mandou, por escrito, o que ela acabou de falar, mas eu gostaria de reforçar que seria muito bom ter conferências livres em todos os municípios. O conselho, provavelmente, vai organizar as conferências por regiões, talvez quatro ou cinco regiões, mas o município que quiser organizar uma conferência livre está autorizado.

SENHOR ANÍSIO GUATÓ — [Trecho inaudível]. Que saiamos daqui todos somados ao conselho, e que todos saiam daqui com a seguinte pergunta para os prefeitos, vereadores, assistentes sociais, secretarias, inclusive de Políticas Públicas de Saúde e Educação, pastores, pais de santo, enfim: o que é a sigla SGD RP? Não respondam agora, pois eu também não vou falar, até porque, se essa sigla estiver implementada dentro da nossa cidade, você tem tudo. E, se tem, por que as mulheres continuam morrendo e as violações continuam acontecendo? Eu pedi para minha cidade, a doutora Neyla fez a provocação de sempre, agradeço por esse comprometimento de alma e de coração que você tem com a vida, porque é a vida que nos dá a oportunidade de estarmos aqui. Eu passei por um Acidente Vascular Cerebral e três tipos de cirurgia, não tenho mais a tampa do crânio do lado direito, e hoje, mais do que ninguém, consigo valorizar isso, e não quero ser exclusivo. A Santa Casa demitiu toda a equipe que me operou, e eu quase perdi a questão do laudo para dar continuidade do meu benefício, por causa da burocracia e

outras coisas mais. Eu gostaria que todos saíssem daqui como eu saí da XII Conferência e como eu saí da I Conferência Mundial de Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social, que o Brasil presidiu. Parece que foram noventa e oito países participantes, e até hoje eu não vi a ONU publicar se houve a II Conferência. Então, eu ainda sou delegado brasileiro da sociedade civil pelo segmento indígena que estava no Conselho de Saúde; inclusive, a doutora Neyla viabilizou a minha vinda aqui. Eu gostaria de pedir à Assembleia Legislativa uma salvaguarda para todos que vão fazer essas buscas ativas nas cidades deles, porque as conferências, as reuniões, os debates livres com os usuários de entorpecentes não podem ser criminalizados, ainda mais em fronteira, pois corre-se o risco de ativistas dos direitos humanos serem executados tão barbaramente quanto foi Marielle Franco, que era uma agente do Estado, era uma vereadora. Então quero pedir salvaguarda e esses encaminhamentos de sindicatos, igrejas, lugares de reza; e que essa reza dos povos indígenas não seja vista como religiosidade tradicional, porque isso é milenar, isso é ancestralidade.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Muito bem. Agora, nós vamos ouvir a Kensy, que é a última pessoa inscrita. Posteriormente, faremos os encaminhamentos da reunião.

SENHORA KENSY PALÁCIOS (representante travesti) — Boa tarde a todes, a todas e a todos. Eu me chamo Kensy Palácios, estou aqui representando a Associação das Travestis e Transexuais do Mato Grosso do Sul (ATMS), que atua neste estado desde 2001, portanto, são vinte anos de luta. Eu não poderia deixar de participar desta Reunião Ampliada do Conselho Estadual de Direitos Humanos, porque, em todas as especificidades e grupos que foram expostos histórias, comentários, o que mais me chamou a atenção é que estamos falando de pessoas, independentemente de qualquer coisa. Estamos aqui, e eu, como mulher transexual — sou da enfermagem há mais de vinte anos, sou instrumentadora cirúrgica — preciso me posicionar, até mesmo porque a sociedade nos exclui. Quando o deputado apresentou os municípios e vereadores aqui presentes, eu me senti na obrigação de dizer que nós somos pessoas, trabalhamos, estudamos, nos formamos, e estamos aqui para contribuir. Não estamos aqui simplesmente para apontar o dedo ou querer qualquer coisa pulando em cima de uma mesa, usando uma gilete na boca. Tudo isso é cultura, é história de um passado que sentimos na pele até hoje, não só para essa comunidade. Hoje, vivemos situações, aqui no Brasil, no Estado de Mato Grosso do Sul, que não dependem do sexo biológico e da identidade de gênero. Hoje, há pessoas que não têm o que comer, pessoas que não têm remédio na Unidade Básica de Saúde, pessoas que sequer têm um emprego digno para pagar isso. Essa era a minha contribuição. Obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Obrigado, Kensy. Só para contemplar todo o mundo, a Maria Rosana, que é chefe de gabinete da vereadora Luiza Ribeiro, encaminhou uma pergunta: "Como fazer educação para a igualdade de gênero, quando estamos cercados pelo controle dos movimentos — escolas sem partido, ideologia

de gênero, etc.?" Essa é uma outra pergunta de um milhão de dólares. Maria Rosana, eu fiz, inclusive, uma colocação na reunião que teve agora aqui na Assembleia, com a participação de todos os Poderes, para discutir o que aconteceu com a jornalista Vanessa, e estávamos discutindo o atendimento às mulheres vítimas de violência. Na verdade, há várias sugestões, vários encaminhamentos que foram dados, mas temos que entender que a violência contra a mulher tem uma causa, que é o machismo estrutural. Hoje atendemos a mulher, que é encaminhada, tem política de proteção no abrigo, etc.; mas estamos apagando fogo! Porque, quanto mais instrumentos a gente tem — legislação, serviços públicos — mais aumenta o número de ocorrências, e parece que não tem fim essa realidade. Nós temos que educar as crianças para que elas tenham consciência, tenham respeito e saibam que a mulher é um ser de direitos, que ela não pode ser submissa ao homem, não pode ser agredida na sua integridade moral e física. Esse é um assunto que tem que ser debatido nas escolas, dentro de casa, na educação infantil, na educação fundamental, para que as novas gerações se formem com outra mentalidade, porque, infelizmente, fomos formados numa sociedade machista e, às vezes, acabamos reproduzindo alguns comportamentos machistas. A verdade é que estamos vivendo uma época muito difícil para fazer isso nas escolas. Temos visto professores sendo denunciados, porque falam, nas escolas, sobre sexualidade, sobre identidade de gênero; então eles não podem tocar nesses assuntos. Aqui na Assembleia Legislativa, uma professora transexual foi exposta por um deputado que se recusa a chamá-la de "professora"; ele faz questão de dizer "professor". Essa é uma mentalidade que contribui com o aumento da discriminação e da violência. Eu acho que, quando as pessoas fazem esse tipo de coisa, elas precisam saber que estão contribuindo com a violência e até com o assassinato de transexuais. Os alunos fazem gravações, levam para os pais, que não entendem bem a situação e querem que a escola demita o professor, porque ele falou sobre a ditadura militar de 1964 no Brasil. Então, assim, hoje está muito difícil dar aula, porque o conservadorismo, esse reacionarismo que recrudesceu muito na sociedade, está demais, e com isso vamos emburrecendo, porque se a pessoa fala "ideologia de gênero" é porque não entendeu nada sobre identidade de gênero.

SENHORA THAÍSA RAQUEL MEDEIROS DE ALBUQUERQUE DEFANTE (presidente do Cedhu/MS) — Só quero deixar registrado que a homofobia é crime, transfobia também, e, se a pessoa não entende pelo amor, vai entender pela dor.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — A Rosane Nely deixou aqui sugestões sobre os direitos das pessoas idosas e o atendimento à saúde. Agora estamos caminhando para o encerramento e quero dizer a vocês que o objetivo desta Reunião foi iniciar um processo de mobilização da sociedade para nos organizarmos para a nossa Conferência Estadual dos Direitos Humanos. Teremos dois dias para debater todos esses problemas e outros que surgirem, e depois levaremos para a Conferência Nacional. Nós teremos um processo participativo para rever o nosso plano. O doutor Luciano disse que está muito bom. Está ótimo, mas nós vamos ver se ele ainda precisa ser aperfeiçoado. Se a gente chegar à conclusão de que não é necessário mexer, tudo bem... A doutora Neyla

lembrou de uma coisa: nós queremos depois que esse plano venha para a Assembleia Legislativa como projeto de lei, para ter força de lei, e ser aprovado aqui, pois o que não for cumprido, a gente entra na justiça; é um instrumento a mais que vamos ter. O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana está à disposição para receber sugestões e contribuições, e quem já tiver uma avaliação do plano pode encaminhar. Nós vamos sistematizar e continuar orientando os municípios que vão participar, e, assim que sair a regulamentação, a gente organiza melhor. Vou passar a palavra para a nossa presidente fazer o encerramento e, da minha parte, eu queria dizer que foi uma Reunião muito produtiva. Fico feliz que vocês vieram e participaram. Eu senti o interesse de todos em contribuir e fazer avançar, e, repito mais uma vez, são as utopias que movimentam, impulsionam e fazem com que acreditemos que este mundo pode ser melhor; e vai ser. Passo a palavra para a doutora Thaísa.

SENHORA THAÍSA RAQUEL MEDEIROS DE ALBUQUERQUE DEFANTE (presidente do CEDHU/MS) — Foi, portanto, uma tarde muito proveitosa, e, nesse espírito, eu saúdo a todos, todas e todes. Vamos continuar esse diálogo ao longo dos próximos meses. Obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (proponente) — Um abraço a todos. Bom retorno. Muito obrigado (16h55min).